



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE BONITO
JULGAMENTO DE IMPUGNAÇÃO

TERMO: DECISÓRIO

FEITO: IMPUGNAÇÃO ADMINISTRATIVA (Contrariedade)

REFERÊNCIA: EDITAL nº 075/2017 – PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO:

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos odontológicos e autoclaves da Secretaria Municipal de Saúde (12 gabinetes, sendo 10 na área urbana e 02 na área rural) no Município de Bonito/MS.

PROCESSO Nº: PROTOCOLO DE PETIÇÃO IMPUGNAÇÃO Nº 642 – 08.11.2017 – ÀS 10:10 HS.

IMPUGNANTE: Golden Med Comércio e Assistência Técnica Ltda ME.

REPRESENTANTE LEGAL: Roberto Fernandes Oliveira – Sócio - Proprietário.

I - Das Preliminares.

Em 08/novembro/2017, a empresa **Golden Med Comércio e Assistência Técnica Ltda ME**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF nº 00.x78.522 /0001-80, com sede a Rua Rui Barbosa, nº 1713, Centro, Campo Grande – MS, CEP. Nº 79.004-431 demandou impugnação ao Pregão Presencial, autuado sob o nº 75/2017, objetivando esclarecimentos, propriamente ditos do que impugnação, sobre a ausência da exigência de profissional na especialidade de engenharia clínica, bem como o registro no CREA-MS e INMETRO, bem ainda ter disponibilidade de técnico na sede da licitante, e ainda ausência do atestado de visita técnica e por fim a lista de peças dos equipamentos que serão reparados. Em breve síntese, eis os questionamentos.

II - RAZÕES DE DECIDIR.

Inicialmente cumpre destacar que o pedido de impugnação encontra-se tempestivo, conforme dispõe o edital.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE BONITO

Logo, o prazo para a apresentação de pedido de impugnação é de até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública.

Sobre o tema nos ensina Jorge Ulisses Jacoby Fernandes:

“A contagem do prazo para impugnação se faz com a observância da regra geral do art. 110 da Lei nº 8.666/93, tendo por termo inicial a data estabelecida para a apresentação da proposta.” Para facilitar o entendimento, exemplifica-se a seguinte situação:

“O dia 13 de novembro de 2017 foi fixado para a realização da sessão e, na forma da contagem geral de prazos, não se computa o dia do início. O primeiro dia na contagem regressiva é o dia 10; o segundo, o dia 09. Portanto, até o dia 09, último minuto do encerramento do expediente no órgão, poderá o licitante e qualquer cidadão impugnar o edital ou requerer esclarecimentos.” (...)

“Caso a impugnação seja oferecida fora do prazo, não deve ser conhecida com essa natureza, mas merece ser respondida, como qualquer documento que é dirigido à Administração”.

Diante disso, seguindo o raciocínio acima aduzido, se a realização da sessão está marcada para o dia 13 de novembro de 2017, o prazo para os interessados solicitarem esclarecimentos ou impugnações sobre o respectivo Edital expirará às 11h, do dia 09 de novembro de 2017. **Resta patente a tempestividade do presente pedido de impugnação.**

Ultrapassada a questão da tempestividade da impugnação ao edital, passa-se à análise do pleito.

II - Das Formalidades Legais.

Cumpridas as formalidades legais, registra-se que cientificados foram todos os demais **licitantes**, da existência e trâmite da respectiva impugnação ao edital de Pregão Presencial nº 75/2017.

III - Das Alegações da Impugnante.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE BONITO

- a) Que o edital deveria exigir o registro da pessoa jurídica licitante, bem como do profissional de engenharia clínica no CREA-MS,
- b) Que ausência da exigência de profissional na especialidade de engenharia clínica;
- c) Que o edital deveria ter disponibilidade de técnico na sede da licitante.
- d) Que a ausência do atestado de visita técnica e a ausência lista de peças dos equipamentos que serão reparados, restringe a obtenção da melhor proposta.

A empresa ora recorrente, não satisfeita com as cláusulas editalícias, interpôs a presente impugnação, baseada nos questionamentos que abaixo passaremos a analisar e a responder abaixo:

V – Da Análise.

a) Do Registro no CREA-MS

A Lei Federal nº 5.991/73, que dispõe sobre o controle sanitário do comércio de drogas, medicamentos, insumos farmacêuticos e correlatos, e dá outras Providências, define produtos correlatos como:

Art. 4º Para efeitos desta Lei, são adotados os seguintes conceitos:
IV - **Correlato** - a substância, **produto, aparelho ou acessório** não enquadrado nos conceitos anteriores, **cujo uso ou aplicação esteja ligado à defesa e proteção da saúde individual ou coletiva**, à higiene pessoal ou de ambientes, ou a fins diagnósticos e analíticos, os cosméticos e perfumes, e, ainda, os produtos dietéticos, óticos, de acústica médica, odontológicos e veterinários;

Ademais, no art. 53 da Lei nº 6.360/76 no caso de correlatos, fica claro que as empresas **devem manter um responsável técnico legalmente habilitado**. Porém em nenhum momento fica estipulado que este técnico deve ser um Engenheiro mecânico, clínico ou elétrico devidamente Registrado no CREA.

A Lei 6.839, de 30 de outubro de 1980 que dispõe sobre o registro de empresas nas entidades fiscalizadoras do exercício de profissões.

Art. 1º O registro de empresas e a anotação dos profissionais legalmente habilitados, delas encarregados, serão obrigatórios nas entidades competentes para a fiscalização do exercício das diversas profissões, em razão da atividade básica ou em relação àquela pela qual prestem serviços a terceiros.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE BONITO

No caso em apreço, qual seja contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de aparelhos odontológicos da Secretaria Municipal de Saúde no Município de Bonito – MS não existe obrigatoriedade tal como demonstra a jurisprudência abaixo:

ADMINISTRATIVO. CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA ARQUITETURA E AGRONOMIA. EMPRESA DO COMÉRCIO VAREJISTA DE ARTIGOS MÉDICOS E ODONTO HOSPITALARES E PRESTADORA DE SERVIÇOS DE REPARAÇÃO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS. DESNECESSIDADE DE REGISTRO NO CREA. APELAÇÃO E REMESSA OFICIAL NÃO PROVIDAS.

1. A obrigatoriedade do registro de uma empresa em determinado conselho profissional se define em razão da atividade básica que ela exerce ou em relação àquela pela qual presta serviços a terceiros (Lei nº 6.839/80, art. 1º).

2. A empresa que exerce o comércio varejista de artigos médicos e odonto hospitalares e presta serviços de reparação e manutenção de equipamentos médicos e odontológicos não está obrigada a registrar-se no Conselho de Regional de Engenharia Arquitetura e Agronomia, por não exercer atividades peculiares a estas profissões.

3. Apelação e remessa oficial não providas. (Processo: AC 462869 CE 0016954-51.2007.4.05.8100 Relator(a): Desembargador Federal Rogério Fialho Moreira Julgamento:15/10/2009 Fonte: Diário da Justiça Eletrônico - Data: 19/11/2009 - Página: 295 - Ano: 2009)

Logo, concluímos que tal manutenção em equipamentos odontológicos pode ser efetuada também por um técnico especializado em manutenção em equipamentos Odontológicos.

Sendo assim, prezando pela ampla participação das empresas no certame licitatório não há necessidade da exigência de um engenheiro mecânico, clínico ou elétrico, restringindo assim o procedimento licitatório.

Entendemos que no aspecto de qualificação técnica, visando aumentar a competitividade, a exigência de atestado de capacidade técnica e a declaração indicando o profissional (5.2.4 do Edital) atende perfeitamente a necessidade de demonstração de qualificação técnica, trazendo segurança à futura contratação, sem, contudo, restringir a participação de eventuais interessados em atender a Prefeitura Municipal de Bonito-MS.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL
MUNICÍPIO DE BONITO

Neste caso vertente, não se trata de **AQUISIÇÃO** e sim **MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE APARELHOS ODONTOLÓGICOS**.

b) Da alteração a quantidade de visita técnica e o prazo de horas

Quanto à visita técnica, entende o Município que a empresa licitante deverá conhecer quais, quantos e em que condições estão os equipamentos a serem revisados em se tratando de manutenção preventiva e corretiva. Tal procedimento não restringe a competitividade entre licitantes, mas sim expõe aos interessados as condições em que a prestação dos serviços deverá ocorrer e o resultado muito próximo da efetiva utilização dos equipamentos sem interrupções, em face da demanda iminente. Melhor sorte não assiste também a licitante.

c) Da descrição das peças

O memorial descritivo não lançou a discriminação de peças, mas no item 6 do citado documento há a descrição, marca e quantidade dos equipamentos que irão sofrer a intervenção da manutenção preventiva e corretiva, não assistindo, pois, razão a empresa impugnante.


VI – Da Decisão.

Face ao exposto, recebo a impugnação apresentada, em face da sua tempestividade, para no mérito julgá-la improcedente, apresentada pela empresa **Golden Med Comércio e Assistência Técnica Ltda. ME**, entendendo pela legalidade das disposições do edital e seus anexos, mantendo inalteradas as especificações do objeto do Pregão Presencial nº 75/2017, bem como o dia e horário da abertura do certame (13/11/2017).

Dê-se ciência a interessada e quem mais dos autos teve acesso por todos os meios de comunicação disponíveis (e-mail – carta – fax) para caso quera(m) exercite o contraditório. Publique-se, registre-se nos autos, juntando-se na sequência de ordem numérica de folhas.

Bonito – MS, 09 de novembro de 2017.


José Eduardo Mündel,
Pregoeiro.


Odilson Arruda Soares
Prefeito Municipal